

ATITUDES MTERNAS E TIPO DE CUIDADO ALTERNATIVO ESCOLHIDO POR MÃES QUE TRABALHAM FORA

Miriam Raja Gabaglia Preuss

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO- O estudo das influências da creche no desenvolvimento infantil sugere que alguns comportamentos de crianças que freqüentam creches podem não ser devidos à creche mas a atitudes familiares que influenciariam a própria opção pela creche. Foi o objetivo do presente estudo investigar a relação entre algumas atitudes maternas e o tipo de cuidado alternativo (creche ou babá) escolhido por mulheres que trabalham fora. Sessenta mães que trabalhavam fora, de classe média do município do Rio de Janeiro (30 que confiavam os filhos a baba's e 30 que os deixavam em creche), responderam a escalas de atitude em relação a duas áreas: maternidade e autonomia infantil. Os resultados mostraram que, em relação à autonomia infantil, os dois grupos não diferiram mas, em relação à maternidade, embora as atitudes dos dois grupos sejam positivas, as mães que deixam os filhos com babás apresentam atitudes significativamente mais positivas.

MATERNAL ATTITUDES OF WORKING MOTHERS AND CHOICE OF ALTERNATIVE CHILD-CARE ARRANGEMENTS

ABSTRACT - Investigations on the effects of day-care centers on the development of children suggest that behaviors displayed by children who attend day-care centers may be related to family variables which have themselves influenced the choice of kind of child-care arrangements. The present study compares the attitudes of 30 working mothers whose children are taken care of at home by a live-in caregiver with the attitudes of 30 working mothers whose children attend day-care centers. Results show that the two groups of mothers do not differ in the attitudes towards child autonomy but mothers whose children are taken care for at home reveal significantly more positive attitudes towards motherhood than mothers whose children attend day-care centers.

Entre os censos de 1920 e 1982 realizados no Brasil pelo IBGE, verificou-se um considerável aumento na proporção de mulheres que constituem a população economicamente ativa (PEA). Em 1920, 15,3% da população economicamente ativa eram mulheres e em 1982 a percentagem atingia os 32,2%. Apesar de inferior à participação das mulheres na Europa (38%), na Ásia (36%) e na América do Norte (35,4%), tal aumento reflete uma substancial mudança no papel que a mulher desempenha na sociedade brasileira. Além disso, a própria natureza do trabalho da

mulherem se modificando. Inicialmente dando preferência às ocupações que não a afastassem do lar- atualmente grande parte das mulheres que trabalham o fazem fora de casa e por períodos de tempo que podem ultrapassar 24 horas seguidas (domésticas, enfermeiras, comissárias de bordo, médicas etc). Outro aspecto a ser considerado diz respeito à composição da classe trabalhadora feminina que, composta quase totalmente por mulheres de classe baixa, passou a contar na sua composição com mulheres de classe média e média alta que começaram a exercer atividades fora da esfera doméstica por motivos de ordem econômica (necessidade de contribuir para a renda familiar ou mesmo ser o único provedor de sustento) e de natureza pessoal (realização profissional e social).

A princípio, a mulher casada de classe média que optava por trabalhar fora "sem ser por motivos de força maior" procurava fazê-lo de forma a não prejudicar seu desempenho como esposa e mãe. De um modo geral, as mulheres procuravam trabalhar apenas quando os filhos já estavam em idade escolar e em carreiras tradicionalmente femininas (como o magistério no ensino de 1.º grau) e, quase sempre, em horários compatíveis com os das crianças. Apenas as mulheres que podiam contar com a cooperação da família (mães, irmãs, sogras) ou que tinham acesso a babás de "toda confiança" é que encaravam sem muito conflito a sua ausência do lar por períodos diários mais longos ou quando os filhos ainda não haviam ingressado na escola. Os períodos em que os filhos ficavam longe das mães eram passados na própria casa (com seus próprios brinquedos, em ambiente familiar e tendo como companheiros apenas os irmãos ou primos) ou na casa de avós que, além de serem uma extensão natural da família nuclear, geralmente demonstravam satisfação na convivência com os netos. De qualquer forma, a supervisão e o cuidado dos filhos cabiam primordialmente à mãe, embora esta eventualmente delegasse algumas tarefas a terceiros.

O aumento da participação da mulher de classe média na força de trabalho, acompanhada de uma diminuição na oferta de empregadas domésticas e babás, propiciou, no Brasil, a instalação de creches particulares que aceitavam bebês a partir de 1 mês de idade e que se propõem a oferecerem ambiente semelhante ao do lar e condições para um desenvolvimento saudável.

Sabe-se que "historicamente a primeira creche conhecida foi fundada na França, na aldeia de Ban de la Roche, na região dos Vosges em 1770 e sua motivação resultou da necessidade de se dar assistência aos lactentes de famílias que trabalhavam no campo durante longa jornada de trabalho" (Augusto, 1979, p. VII). Essa experiência se ampliou para outros países europeus, inicialmente ligada a instituições religiosas e, mais modernamente, subsidiada pelos próprios governos. Em 1984, Paris dispunha de 132 creches subsidiadas pelo município que atendiam crianças entre 3 meses e 3 anos (Eder, 1984). Nos Estados Unidos, as creches ou "day-care centers" financiados pelo governo tiveram um impulso maior a partir da década de sessenta com a implantação do programa "Head Start" que visava prevenir o atraso no desenvolvimento de crianças de camadas sociais mais baixas. Atualmente, além destes centros, existem vários outros subsidiados por empresas, ligados a universidades ou a fundações particulares que financiam programas de assistência materno-infantil, além dos estritamente particulares que auferem lucros e que são mantidos pelos pais.

No Brasil, o termo creche foi inicialmente adotado para se referir a instituições de caráter beneficente que cuidavam de crianças órfãs ou filhas de pais sem recursos financeiros e que precisavam trabalhar. O governo brasileiro instituiu

medidas tornando obrigatório o funcionamento de creches ligadas a empresas públicas e privadas mas, na prática, tais medidas foram raramente seguidas e, atualmente, poucos são os estabelecimentos que oferecem estes serviços. Em 1972 o Ministério da Saúde emitiu um documento regulamentando instalação e funcionamento das creches, mas em 1980 apenas 5,2% das crianças em idade pré-escolar eram atendidas no Brasil (Ministério da Saúde, 1972). Esses dados refletem, sobretudo, a realidade das camadas menos favorecidas da população.

A partir da década de setenta, começaram a surgir no país instituições particulares voltadas para uma população que dispunha de recursos para pagar as diárias das crianças. Inicialmente em número reduzido, com altíssimos preços, e designadas "jardim-escola" ou "pré-maternal", tais instituições já são bem mais numerosas (sobretudo nos grandes centros), tiveram seus preços proporcionalmente um pouco reduzidos (em comparação às alternativas de atendimento - empregadas domésticas e babás) e não evitam mais o rótulo de "creche".

Foi sobretudo a partir da utilização das creches por mulheres das classes média e média alta que se intensificaram os estudos sobre os efeitos na criança, do atendimento em creches. A atitude tradicional, na nossa sociedade, defende a permanência da mãe em casa com os filhos (Russo, 1976) e acena com uma série de conseqüências desastrosas para as crianças que freqüentem creches. Em 1980, Claire Etaugh analisou as opiniões expressas por especialistas, em livros sobre educação infantil e em revistas femininas nos Estados Unidos, classificando-as em positivas em relação à creche, negativas ou mistas. Nesse último grupo ela incluiu as opiniões que justificavam o trabalho materno em horário apenas parcial e a criação de boas creches para as mães que "precisam trabalhar" (p. 313). Os resultados revelaram um progressivo aumento de opiniões positivas nos anos setenta, publicadas em artigos de revistas especializadas, embora os "manuais" de educação infantil ainda exprimissem opiniões variadas (29% consideradas positivas, 34% mistas e 37% negativas). Esses dados revelam uma mudança no tipo de informação a que as mães estão expostas e que influenciam suas atitudes. No Brasil, é mais recente o interesse dos meios de comunicação em abordar o tema creche e, geralmente, sem apresentar pareceres "técnicos".

Em uma revisão das pesquisas onde a influência da creche para o desenvolvimento da criança foi investigada, encontram-se resultados que, embora não devam ser considerados definitivos, concordam quanto aos seguintes pontos básicos:

1. Em relação ao desenvolvimento emocional da criança, evidências sugerem que as primeiras ligações afetivas não são negativamente afetadas com a creche desde que haja uma proporção adequada de adultos para crianças e que o ambiente seja ajustado às necessidades infantis (Kagan, Kearsley e Zelazo, 1978). Não existem também razões para se concluir que o laço afetivo entre a mãe e o bebê seja enfraquecido quando este freqüenta a creche desde que seja mantido um bom padrão de qualidade no atendimento (Belsky e Steinberg, 1978).

2. O desenvolvimento intelectual das crianças parece sofrer uma estimulação positiva com a creche, sobretudo nas classes mais baixas (Doyle, 1975; Ramey e Smith, 1976; Robinson e Robinson, 1971). Deve-se, entretanto, considerar que, de um modo geral, as pesquisas realizadas nessa área preocuparam-se com aspectos reprodutivos do funcionamento cognitivo tais como memória, extensão de vocabulário e desempenho em testes padronizados de inteligência.

3. Quanto a riscos para a saúde, desde que a creche mantenha a proporção adequada de pessoal e que haja um sistema eficiente de comunicação entre a

instituição e o lar, a incidência de doenças corriqueiras (resfriados, indisposições alimentares) é comparável à que ocorre em segundos ou terceiros filhos criados em casa e expostos às doenças dos irmãos mais velhos (Howell, 1983).

4. O desenvolvimento social das crianças parece ser o mais afetado pela experiência em creches. As crianças criadas em creche buscam mais frequentemente a companhia de outras crianças do que as crianças criadas em casa. Moore (1975) observou que essa tendência tende a se manter, para os meninos, até a adolescência e que os meninos criados em creche tendiam a discordar mais dos pais e a serem menos sensíveis aos castigos. Schwarz, Strikland e Krolick (1974) encontraram uma tendência das crianças que tinham sido admitidas na creche antes dos dois anos a serem mais hostis e menos cooperativas com adultos. Tais resultados, entretanto, não foram consistentemente obtidos em outras pesquisas.

A partir de uma revisão que fizeram de vários trabalhos sobre o assunto, Belsky e Steinberg (1978) concluíram que "em grande parte, o desenvolvimento social das crianças em creche frequentemente reflete a ênfase dada na sociedade americana aos valores de agressividade, impulsividade e egocentrismo" (p. 947) e que, variando-se os valores prevalentes numa sociedade, tendem a variar os padrões de relacionamento social incentivados na creche.

Entretanto, devendo decidir se deixa o filho com uma babá ou em uma creche, a mulher que trabalha fora manifesta vários receios em relação à segunda opção como:

1) Medo de separar a criança do convívio natural com a família e, em particular, da mãe, privando-a de um cuidado individualizado, montado em função de suas necessidades específicas.

2) Receio de expor a criança ao contato com outras crianças, fator que aumentaria o risco de contágio de doenças, debilitando sua saúde.

3) Temor (frequentemente pouco enunciado) de que o filho se afeiçoe mais a estranhos do que à própria mãe. Tais preocupações parecem refletir muito mais um medo do desconhecido do que convicções fundamentadas na experiência uma vez que: a) a babá também substitui a figura da mãe e, embora não afaste a criança do lar, submete-a à influência de valores e práticas educativas que nem sempre coincidem com os do meio familiar; b) a não ser no caso do filho único ou primogênito, as rotinas domésticas levam em conta as necessidades de várias crianças e mesmo a mãe que fica em casa com os filhos não lhes pode dispensar atenção em tempo integral; c) como no item anterior, a não ser o filho único ou primogênito, as outras crianças estão em contato com irmãos mais velhos que são, frequentemente, transmissores de doenças infantis e resfriados "epidêmicos".

Embora venha aumentando o número de pesquisas sobre creche, seus resultados não se apresentam conclusivos. Isoladamente, as variáveis pesquisadas têm pouco valor explicativo mas a dificuldade de se controlarem eficientemente todas as variáveis impossibilita estudos mais abrangentes. Além disso, é frequentemente inviável a formação de grupos equivalentes para que as comparações entre crianças criadas em casa ou em creche se efetuem dentro de certo rigor metodológico. É possível, portanto, que as diferenças encontradas entre crianças criadas em creche e crianças criadas em casa devam-se não à creche mas a diferenças familiares que influenciariam a própria opção pela creche (Bee, 1979; Kohn, 1963). Entre essas diferenças familiares uma das possíveis fontes de influência seriam as atitudes maternas.

A presente pesquisa pretendeu comparar, em relação a algumas atitudes, mães que tinham seus filhos em creche com mães que preferiam deixar os filhos aos cuidados de babás.

Os estudos sobre as atitudes maternas em relação à educação dos filhos e suas conseqüências para o desenvolvimento das crianças não têm apresentado conclusões suficientemente claras. Cohler, Weiss e Grunebaum (1967) identificam, no plano metodológico, diversas dificuldades que poderiam ser responsáveis por esse estado de indefinição. Numa tentativa de minimizar tais dificuldades, esses autores desenvolveram uma escala de atitudes maternas ("Maternal Attitude Scale") levando em consideração várias áreas do relacionamento mãe-filho, de acordo com a teoria de Louis Sander (1962) para quem existe uma série de questões que, ao longo do desenvolvimento infantil, precisam ser negociadas entre mãe e filho. Outros estudos sobre atitudes maternas levaram à construção e sucessivas reformulações de várias escalas de atitude em relação a diferentes áreas do relacionamento mãe-filho. Entre esses instrumentos citam-se o PARI - "Parental Attitude Research Instrument" (Schaefer e Bell, 1958) e sua versão modificada por Emmerich (1969); e o "Parental Attitude Survey" desenvolvido por Hereford (1963) e subseqüentemente utilizado por Lackey (1979) num estudo sobre atitudes maternas em relação a práticas educativas na criação de crianças em creche.

A exemplo da maioria desses estudos, a presente pesquisa pretendeu, na sua etapa inicial, investigar atitudes maternas em relação ao maior número possível de áreas consideradas importantes para a relação mãe-filho. Dois grandes grupos de atitudes foram constituídos: 1) o grupo relacionado às atitudes da mãe em relação ao filho (relação de poder mãe-filho, atitude em relação à autonomia infantil, à curiosidade infantil, à agressividade infantil e ao funcionamento da estrutura familiar); 2) atitudes da mãe em relação a aspectos individuais seus (satisfação com a maternidade e confiança no desempenho do papel de mãe). Entretanto, das escalas de atitudes construídas para investigar essas áreas, apenas a referente à autonomia infantil e aquela em relação à satisfação com a maternidade alcançaram níveis satisfatórios de discriminação.

MÉTODO

Sujeitos

Participaram da pesquisa 60 mães com idade média de 28 anos e 9 meses (grupo que tinha filhos em creche) e 25 anos e 11 meses (grupo cujos filhos ficavam em casa com empregadas ou babás). 85% das mães eram de classe média e tinham escolaridade equivalente ou superior ao 2.º grau.

Todas as mães trabalhavam fora em horário integral, 30 delas deixando os filhos em casa e as outras 30 na creche. Tinham no mínimo 1 filho (entre 6 meses e 3 anos) e no máximo 4 filhos.

Tomou-se o cuidado de incluir na amostra apenas mães cuja escolha do tipo de cuidado alternativo fosse fruto de convicções pessoais e não movida por argumentos financeiros ou eventuais facilidades concedidas pelo seu emprego ou do marido.

Todas as mães constituíam famílias em que o marido estava presente.

Instrumento

Foram utilizados os seguintes instrumentos:*

Escala I - Atitude em relação à Maternidade.

Ao se abordar essa dimensão pretendeu-se investigar como as mulheres encaram a experiência de ser mãe. Wilson (1978) defende a utilização, no estudo de atitudes maternas, de escalas que investiguem o grau em que as mães sentem-se infelizes por ficarem confinadas à casa e irritadas com o seu papel de mãe.

Os itens da Escala I refletem, em um dos extremos, atitude de total satisfação com a maternidade, prazer de conviver com os filhos e dispensar-lhes cuidados sem que se enfatizem os sentimentos de privação. Ex.: "Eu não me importaria de passar a maior parte do tempo cuidando do(s) meu(s) filho(s)". O outro extremo corresponde a uma atitude que enfatiza o aspecto de sacrifício que a maternidade representa sendo vista como um obstáculo às realizações pessoais. As mulheres cujas respostas situam-se nesse extremo revelam menor satisfação no contato com os filhos e obtêm pouco prazer em cuidar deles.

Foram elaborados 22 itens na forma preliminar da escala que foi testada com 50 mães. Para cada item, foi feita a análise de diferença das médias entre o grupo superior (20% das mães que obtiveram os maiores escores totais) e o grupo inferior (20% das mães que apresentaram os escores totais mais baixos). Foram relacionados os 10 itens que melhor discriminaram os grupos critérios, sendo a diferença mínima entre as médias de 1,50.

Escala II - Atitude em relação à autonomia da criança.

A inclusão dessa dimensão pretendeu investigar o grau em que as mães percebem seus filhos como indivíduos com direito a uma certa privacidade, capazes de se comportar adequadamente mesmo na sua ausência e cujo desenvolvimento não depende da contínua vigilância e controle dos pais. Chamou-se a essa dimensão de autonomia porque ela dá informação sobre a visão das mães a respeito das crianças que podem ser vistas como separadas dos pais ou, ao contrário, como dependendo intensamente deles. Os itens da escala variam entre os que, num extremo, revelam uma visão da criança como extensão dos pais (devendo ser vigiada e controlada) e os que, no outro pólo, expressam um respeito pela individualidade da criança a quem se confere o direito a uma certa autonomia de pensamento e ações.

Foram preliminarmente elaborados 26 itens respondidos por 50 mães. Para cada item, foi feita a análise de diferença das médias entre o grupo superior (20% das mães que obtiveram os maiores escores totais) e o grupo inferior (20% das mães que apresentavam os escores totais mais baixos). Foram selecionados os 10 itens que melhor discriminaram os grupos critérios, sendo a diferença mínima entre as médias de 1,50.

As escalas foram construídas segundo o modelo de escala de atitude de Likert (1932), introduzindo-se a seguinte modificação na versão final: ao invés das respostas das mães serem registradas em pontos fixos (concordo totalmente, concordo, não sei, discordo, discordo totalmente), pediu-se a elas que, para cada item assinalassem ao longo de um segmento de reta de 16 cm (limitado à esquerda

* Uma cópia destes instrumentos encontra-se no Anexo 1.

pela palavra "concordo" e à direita pela palavra "discordo") o ponto em que elas julgassem que se situaria sua opinião em relação àquele item.

Essa forma de escala gráfica (Guilford, 1954) apresenta como vantagens: a) não restringir a escolha dos sujeitos a um número fixo de pontos e b) ser mais precisa na discriminação entre respostas que, embora avizinhandose do mesmo ponto, situam-se ligeiramente separadas ao longo da reta (tal discriminação não se evidencia no modelo de Likert, já que esta não permite respostas entre os pontos fixos da escala).

Os itens das duas escalas foram apresentados às mães de forma intercalada constituindo um único instrumento de 20 itens. Os itens ímpares pertenciam à Escala I e os pares à Escala II.

Procedimento

As mães responderam individualmente às escalas, orientadas pelos aplicadores para evitar dificuldades na compreensão das instruções.

As mães foram informadas dos objetivos gerais da pesquisa mas não sabiam que suas atitudes seriam comparadas com as atitudes de outras mães que recorriam a um tipo diferente de cuidado alternativo.

RESULTADOS

As respostas de cada mãe foram computadas da seguinte forma: para cada item mediu-se a distância em centímetros entre a extremidade esquerda do segmento de reta apresentado ao Sujeito e o local que ele havia assinalado (no caso dos itens negativamente direcionados) ou entre a extremidade direita e o ponto assinalado pelo Sujeito (no caso dos itens positivamente direcionados). Somaram-se depois para cada indivíduo os valores referentes aos 10 itens de cada escala e dividiu-se o resultado por 10. Cada mãe recebeu, portanto, um escore final em cada uma das duas escalas. Na Escala I escores mais altos correspondiam a atitudes mais favoráveis à maternidade e na Escala II escores mais altos refletiam uma maior aceitação da autonomia infantil.

No que diz respeito à atitude em relação à maternidade, foram obtidas as médias 8,89 cm e 10,15 cm, respectivamente, para mães com filhos em creches e mães com filhos cuidados por babás. Quanto à atitude em relação à autonomia infantil as médias foram 6,22 cm e 6,65 cm para o grupo com filho em creche e com babá, respectivamente (vide tabelas 1 e 2).

Tabela 1

Teste t entre os Escores * do Grupo I (mães que deixam os filhos em creche) e do Grupo II (mães que deixam os filhos com babá) para a Escala de Atitudes em relação à Maternidade.

	Grupo 1	Grupo II	t	P
Média	8,89	10,15	2,953	<0,01
Desvio Padrão	1,76	1,69		

* Escala de 16 centímetros.

Tabela 2

Teste t entre os Escores * do Grupo I (mães que deixam os filhos em creche) e do Grupo II (mães que deixam os filhos com babá) para a Escala de Atitudes em relação à Autonomia Infantil.

	Grupo I	Grupo II	t	P
Média	6,22	6,65	0,61	N.S.
Desvio Padrão	2,95	2,56		

* Escala de 16 centímetros.

Os dados para cada escala foram submetidos ao teste t de Student para amostras independentes. Para a Escala I o valor obtido foi de $t=2,953$ ($p < 0,01$) e para a Escala II foi de $t=0,61$ (não significante).

DISCUSSÃO

As duas dimensões investigadas na presente pesquisa, embora aparentemente independentes, podem ser interpretadas como reflexos de valores mais amplos relacionados à visão da maternidade, da natureza infantil e do papel feminino na sociedade. Escalona (1949) comentou as mudanças que, na época, lhe pareciam anunciar uma modificação na forma de se encarar a relação mãe e filho. A auto-realização da mulher estaria passando a ser decorrente da satisfação dos seus próprios filhos e ela seria tão melhor mãe quanto mais atenta e solícita às necessidades afetivas e auto-expressivas dos filhos. Esses valores refletiam-se em atitudes específicas em relação aos horários de alimentação, época de desmame, treinamento de hábitos higiênicos e grau de tolerância em relação à expressão da agressividade e sexualidade infantis.

Essa visão da educação havia sido precedida por períodos de intensa rigidez na forma de se criarem os filhos e foi sucedida, no final da década de 70 e início da de 80, por atitudes menos extremadas que poderiam ser até mesmo ditas intermediárias entre a visão do filho como "animalzinho a ser domesticado" ou

como "rezinho da casa". Essa atitude intermediária implicava em que as necessidades infantis deveriam receber prioridade igual e não superior às necessidades dos pais. As modificações que se operaram na forma como a cultura ocidental, sobretudo na sociedade norte-americana, orientava as práticas educativas pode ser claramente acompanhada nas sucessivas revisões do manual de puericultura do médico Benjamin Spock. A primeira edição desse manual foi publicada em 1945, nos Estados Unidos, e as orientações do seu autor foram seguidas por várias gerações, desde então, em diferentes países. Entretanto, o próprio Dr. Spock, acompanhando as mudanças sociais cujos reflexos na forma de se educarem as crianças não podiam ser ignorados, tece, no prefácio e primeira parte da edição de 1976 do seu livro, explicações sobre a evolução dos padrões de criação infantil (Spock, 1976). Caso Spock escrevesse hoje um outro prefácio à sua obra, é possível que fosse levado a identificar um novo padrão de comportamento que começa a se delinear no comportamento das mães que tendem, atualmente, a valorizar suas necessidades individuais e a considerar a relação mãe-filho como uma relação que, como as demais, deve ser construída (Badinter, 1985) e onde as necessidades da mulher podem assumir, dependendo da situação, caráter prioritário.

Voltando-se, agora, às atitudes consideradas nessa pesquisa, poderíamos tentar explicar as tendências encontradas dentro de um contexto histórico e sócio-cultural. A mulher brasileira, de classe média e alta, dos grandes centros urbanos, vive, atualmente, as contradições decorrentes das ambivalências sociais e pessoais em relação ao seu papel de mulher e mãe.

No que diz respeito à atitude das mães em relação à satisfação com a maternidade, parece ser coerente o resultado encontrado que atribui às mães que deixam os filhos em casa uma maior satisfação com a maternidade já que a adoção de cuidados alternativos mais tradicionais (babás) pode refletir uma influência da idéia, também mais tradicional, de que a grande realização feminina se dá através da maternidade. As mulheres que, por outro lado, optam pela creche estariam mais envolvidas nas correntes recentes sobre o papel da mulher que defende soluções institucionais para o problema da mãe que trabalha fora e precisa de creches onde deixar seus filhos. Essas mulheres não teriam atitudes negativas em relação à maternidade (a média de seus escores — 8,89 — situou-se pouco acima do ponto neutro da escala), mas também não tenderiam a supervalorizar o papel de mãe. Por outro lado, deve-se ter cautela ao interpretar tais resultados uma vez que a diferença encontrada pode refletir, em parte, a tendência da mãe que coloca o filho em creche para reduzir a dissonância referente ao comportamento de se afastar do filho já que são muitas as pressões contrárias a tal afastamento que vem a ser mais visível no caso da creche.

A interpretação dos resultados da Escala II, sobre autonomia infantil, parecem menos clara. Vê-se, pelo conteúdo da escala, que ser favorável à autonomia da criança significa confiar em que os filhos se comportem bem, longe dos pais, percebê-los como capazes de progredir sem interferências e reconhecer-lhes o direito a pensamentos próprios. Uma explicação possível para a tendência apresentada pelas mães dos dois grupos a mostrarem atitudes menos favoráveis poderia ser o fato de terem respondido à escala tendo como referencial crianças bem pequenas que seriam percebidas como muito dependentes dos pais. Talvez essa dimensão, autonomia infantil, pudesse ser investigada com mais precisão se

fossem feitas às mães perguntas do tipo: "Com que idade você acredita que as crianças já se comportam bem para poderem fazer visitas sem a companhia dos pais?". Supondo-se que essa atitude desfavorável à autonomia se aplique também a crianças mais velhas, podemos vê-la ligada a uma visão da criança como ser indefeso que precisa da constante orientação dos pais, o que estaria de acordo com os valores, prevaletentes na nossa sociedade, em relação à importância da célula familiar. De qualquer forma, a não ser que as mães só estivessem pensando em filhos muito pequenos, parece surpreendente que tenham dificuldades em admitir que seus filhos possam "ter segredos para com os pais".

Entretanto, em fases de transição acelerada, como a que atualmente atravessam os valores e atitudes em relação à família e às relações dentro dela, são comuns tensões e conflitos em áreas relacionadas ao controle e distribuição de poder além de oscilações e ambivalências ao longo do contínuo permissividade-controle rígido, já que, para os pais, está em jogo, além do interesse dos filhos, a imagem social que projetam e sua própria auto-imagem como agentes socializadores.

Ao concluir o presente trabalho, fazem-se algumas sugestões sobre futuras pesquisas nessa área, a saber: 1) deve-se tentar, cada vez mais, realizar investigações que abranjam variáveis sociais importantes na determinação de atitudes maternas; 2) deve-se procurar desenvolver instrumentos mais precisos para a avaliação de atitude sociais; 3) deve-se procurar estudar a relação família-creche também no sentido inverso, ou seja, examinar as influências da creche no sistema familiar (Bronfenbrenner, 1977); 4) fazem-se necessários estudos longitudinais que permitam conclusões baseadas em observações realizadas por períodos longos de tempo; 5) a creche antecipa a exposição da criança aos valores do grupo social mais amplo. Esses valores não são criados pela creche. Mas a sua influência sobre a criança deve ser também objeto de investigação.

Do ponto de vista da prática social, constatou-se uma grande demanda de soluções para o problema das mães que trabalham fora (mesmo de mães cujo poder aquisitivo permite pagar cuidados alternativos). As alterações sociais decorrentes do aumento da participação da mulher na força de trabalho pedem soluções quanto ao atendimento da criança em idade pré-escolar.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, M. (1979). *Comunidade infantil. Creche*. Rio de Janeiro: Koogan.
- BADINTER, E. (1985). *Um amor conquistado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BEE, H. (1979). *Psicologia do desenvolvimento: Questões sociais*. Rio de Janeiro: Interamericana.
- BELSKY, J., & STEINBERG, L (1978). The effects of day-care: A critical review. *Child Development*, 49, 929-949.
- BRONFENBENNER, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32, 513-531.

- COHLER, B. J., WEISS, J. L., & GRUNEBaum, H. U. (1967).** The Maternal Attitude Scale (unpublished preliminary manual). Cambridge, Massachusetts: Mental Health Center, Harvard University.
- DOYLE, A. B. (1975).** Infant development in day care. *Developmental psychology*, 11, 575-582.
- EDER, M. (1984, março).** Parenting in Paris. *Working mother*, pp. 65-69.
- EMMERICH, W. (1969).** The parental role. A functional-cognitive approach. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 34, 8.
- ESCALONA, S. (1949).** A commentary upon recent changes in child rearing practices. *Child development*, 20, 157-162.
- ETAUGH, C (1980).** Effects of nonmaternal care on children: Research evidence and popular views. *American psychologist*, 35 (4), 309-319.
- GUILFORD, J. (1954).** *Psychometric methods*. Nova Iorque: McGraw-Hill.
- HEREFORD, C F. (1963).** *Changing parental attitudes through group discussion*. Austin: University of Texas Press.
- HOWELL, M. (1983, julho).** Is day care hazardous to health? *Working mother*, pp. 37-38.
- KAGAN, J., KEARSLEY, R. B., & ZELAZO, P. R. (1978).** *Infancy: Its place in human development*. Cambridge: Harvard University Press.
- KOHN, M. (1963).** Social class and parent-child relationships: An interpretation. *American Journal of Sociology*, 68, 471 -480.
- LACKEY, A. B. (1979, fevereiro).** *A survey of maternal attitudes toward child rearing practices of day care children*. Tese de Doutorado. Ball State University, Muncie, Estados Unidos.
- LIKERT, R. (1932).** A technique for the measurement of attitudes. *Archives of psychology*, 140, 1-50.
- Ministério da Saúde. Coordenação do Projeto Materno-Infantil (1972). *Creches: instruções para instalação e funcionamento*. Rio de Janeiro.
- MOORE, T. (1975).** Exclusive early mothering and its alternatives: The outcome to adolescence. *Scandinavian Journal of Psychology*, 16, 255-272.
- RAMEY, C, & SMITH, B. (1976).** Assessing the intellectual consequences of early intervention with high-risk infants. *American Journal of Mental Deficiency*, 81, 318-324.

- ROBINSON, H., & ROBINSON, N. M. (1971).** Longitudinal development in very young children in a comprehensive day care program: The first two years. *Child development*, 42, 1673-1683.
- RUSSO, N. F. (1976).** The motherhood mandate. *Journal of Social Issues*, 32, 143-154.
- SANDER, L (1962).** Issues in early mother-child interaction. *Journal of the American Academy of Child Psychiatry*, 2, 141-166.
- SCHAEFER, E., & BELL, R. Q. (1958).** Development of a parental attitude research instrument. *Child Development* 29, 339-361.
- SCHWARZ, J. C, STRIKLAND, R. G., & KROLICK, G. (1974).** Infant day care: Behavioral effects at preschool age. *Developmental Psychology*, 10, 502-506.
- SPOCK, B. (1976).** *Baby and child care*. Nova Iorque: Pocket Books.
- WILSON, J. C (1978).** *A comparison of the attitudes toward child rearing practices of teachers and parents of children in the day care setting*. Tese de Doutorado. University of Maryland, Maryland.

ANEXO 1

Itens da Escala I - Satisfação em relação à Maternidade.

1. Sempre que possível a mãe deveria contratar uma enfermeira para ajudá-la a cuidar do bebê durante os primeiros dias.
2. A maternidade exige muito sacrifício da mulher.
3. Eu me sentiria frustrada se não pudesse ter filhos.
4. Não adianta a mãe sorrir para o filho recém-nascido porque ele não é capaz de compreender.
5. Somando-se prós e contras, a alimentação na mamadeira oferece mais vantagens do que a alimentação no seio.
6. A mulher grávida é sexualmente pouco atraente.
7. Ficar o dia inteiro cuidando de criança "acaba com os nervos de qualquer um".
8. Filhos pequenos atrapalham muito a vida do casal.
9. A conversa com mulheres, que passam o dia todo cuidando dos filhos, em pouco tempo torna-se aborrecida.
10. Eu não me importaria de passar a maior parte do tempo cuidando do(s) meu(s) filho(s).

Itens da Escala II -Autonomia Infantil

1. Se você não ficar "de olho" as crianças sempre arrumam encrencas.
2. Deve-se dizer às crianças exatamente o que elas têm que fazer para evitar que cometam erros.
3. Deve-se permitir às crianças experimentarem coisas novas mesmo na ausência dos pais.
4. É dever dos pais saber tudo que seus filhos fazem.
5. É arriscado deixar as crianças fazerem visitas sem os pais porque elas podem se comportar mal.
6. É arriscado deixar meninos e meninas brincarem juntos longe das vistas de adultos.
7. Um filho nunca deve ter segredo para com os pais.
8. As mães têm o direito de saber tudo que se passa na vida dos seus filhos.
9. Os pais devem ficar sempre atrás dos filhos se quiserem que eles progridam.
10. As crianças teimosas devem aprender desde cedo que seus pais são mais fortes do que elas.